



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/04/2015

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. CONVÊNIOS.....	2
1.3. DECISÕES.....	3 - 4
1.4. VARA CRIMINAL.....	5
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	6
2.2. VARA CRIMINAL.....	7
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DESEMBARGADOR.....	8
3.2. JUÍZES.....	9
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	10
4.2. DESEMBARGADOR.....	11
4.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	12
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CONVÊNIOS.....	13
5.2. DECISÕES.....	14
5.3. DESEMBARGADOR.....	15
5.4. ESMAM.....	16
5.5. VARA CRIMINAL.....	17 - 19

Juiz de Loreto lança edital para projetos sociais

O juiz Marcos Aurélio Veloso de Oliveira Silva, titular de Loreto, lançou edital para projetos sociais. A seleção é direcionada às instituições, públicas ou privadas, que atuam na comarca, e as selecionadas receberão recursos financeiros da Justiça arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena.

Para participar, a entidade pode ser pública ou privada com comprovada finalidade social ou desenvolver projetos sociais de notório conhecimento na cidade, ou ainda, estar apta a desenvolver projetos sociais, e ser sediada no Município de Loreto. Deverá ainda estar regularmente constituída há pelo menos um ano, devendo comprovar que é dirigida por pessoas que não tenham sido condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa ou de crimes praticados contra a administração pública.

Os interessados em participar do certame deverão apresentar a seguinte documentação: Projeto a ser desenvolvido no âmbito da Comarca de Loreto, com atividades de caráter educativo (escolar ou esportivo) de crianças, adolescentes ou idosos; Certidões negativas da entidade, cíveis e criminais, emitidas pelos órgãos da

Justiça Estadual e Federal, da Comarca de Loreto; Certidões de antecedentes cíveis e criminais emitidas pelos órgãos da Justiça Estadual e Federal, da Comarca de Loreto, bem como das Comarcas nas quais os respectivos dirigentes residam e tenham residido nos últimos 5 anos. Certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais da entidade e dos dirigentes; e Certidões de quitação eleitoral dos respectivos dirigentes.

As inscrições abrem na próxima segunda, dia 27, e seguem até o dia 8 de Maio de 2015, das 8:00 às 18:00, da segunda a sexta-feira no fórum da comarca, localizado na Rua Antônio Coelho e Silva, s/n, São Sebastião, em Loreto. O resultado da escolha dos projetos selecionados será divulgado até o dia 13 de Maio de 2015.

Os projetos selecionados deverão ter execução iniciada em até 60 dias após o levantamento dos valores, devendo as atividades serem comunicadas ao juízo mensalmente. Não havendo candidatos interessados ou aptos, o juiz da Comarca de Loreto decidirá, em cada caso concreto, a destinação das verbas arrecadadas, fazendo consignar, em cada processo, a destinação e o emprego respectivos.

BEM IMÓVEL

Judiciário e Governo assinam termo de cessão

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, reuniu-se com o secretário de Estado de Gestão e Previdência, Felipe Camarão, para a assinatura de termo de cessão de uso de bem imóvel para o Poder Judiciário.

A área foi cedida ao Poder Judiciário do Maranhão pelo Governo do Estado, por meio da Se-

cretaria de Gestão e Previdência, conforme previsto na Lei Estadual nº 10.166/2014.

Para a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, a assinatura do convênio representa o compromisso do Governo com o Judiciário estadual, além de contribuir significativamente para a modernização e melhoria das instalações da Justiça oferecidas à população.



A assinatura do termo foi presenciada por desembargadores e juizes

METADE DOS PROCESSOS JULGADOS NO TJ SÃO AÇÕES CRIMINAIS

PAG.8

Metade dos processos julgados no TJMA são ações criminais

Das 85.366 ações recebidas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no período de 2012 a 2014, 49.927 (58,6%) são relativas a processos criminais. Nesse mesmo período, a Justiça de 2º Grau julgou um total de 42.546, sendo 21.203 (49,8%) de ações penais. No ano passado, o tribunal maranhense julgou 83,3% das ações penais, superando a meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o período (80%).

Os números foram apresentados pelo desembargador Raimundo Barros, ao governador Flávio Dino, durante reunião do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria Executiva do Maranhão (GGI), no dia 9 de abril, para definir ações integradas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com apoio do Ministério Público e da sociedade civil no combate aos crimes violentos letais intencionais (CVLI), combate à corrupção e tráfico de drogas.

O desembargador apresentou dados do Judiciário maranhense sobre os julgamentos no estado e declarou que a instituição está à disposição para o combate a impunidade. "Todos os poderes aqui representados estão trazendo informações concretas sobre a realidade da segurança no Estado, para que possamos qualificar esses dados e traçar ações que reduzam os índices de violência no Maranhão. As ações integradas agregam mais agilidade a esse processo", afirmou.

DADOS - De acordo com



Dados foram apresentados durante a reunião do GGI

o levantamento da Justiça de 2º Grau, os homicídios qualificados representam 87,9% das ações finalizadas, sendo 2.770 casos recebidos e 2.435 julgados. Em seguida, estão os furtos, com 80,6% de julgados. O crime de tráfico de drogas e condutas afins está presente em 69,7% dos processos que entraram em julgamento.

O relatório destaca que, de 2012 a 2014, 9.111 pedidos de liberdade provisória chegaram ao TJMA, além de outros 8.164 processos envolvendo violência doméstica contra a mulher, e mais 6.623 relativos a crimes de ameaça.

Também integram o documento, os crimes do sistema

nacional de armas (4.473), roubo majorado (4.969), violência doméstica (4.725) e injúria 2.125.

"Nos processos criminais julgados por classe, o Tribunal de Justiça, julgou 6.702 pedidos de habeas corpus, no período; 4.884 apelações, 975 recursos em sentido estrito, além de 313 conflitos de jurisdição", destacou o desembargador.

Na reunião foram expostos os dados levantados pela Justiça Federal e Polícia Civil, além da definição das Câmaras Técnicas e Temáticas, relativas à inteligência de prevenção e sobre drogas.

Participaram do evento Jefferson Miler (Segurança Públi-

ca), Augusto Barros Neto (Polícia Civil), representantes do Corpo de Bombeiros, da Justiça Federal, da Polícia Civil, da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN/MA), Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Centro de Lançamento de Alcântara, Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEJAP), Defensoria Pública, Ministério Público Estadual e Federal, Assembleia Legislativa, Capitania dos Portos e Receita Federal.

As reuniões do GGI acontecem mensalmente, às 9 horas, no Salão de Atos do Palácio dos Leões, sendo que a próxima está prevista para dia 11 de maio.

== MARACAÇUMÉ ==

Sete pessoas são condenadas na Semana Nacional do Júri

Como parte da programação da Semana Nacional do Júri, organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em todo o Brasil, foram realizadas 11 sessões do Tribunal do Júri na Comarca de Maracaçumé. Dos 15 réus julgados por homicídio, sete foram condenados. As sessões foram realizadas na Câmara de Vereadores. A campanha tem o objetivo de dar celeridade ao calendário de julgamentos e, em Maracaçumé, foi iniciada no dia 13 de abril.

Foram levadas a julgamento pessoas que cometeram ou tentaram cometer homicídios dolosos.

Entre as quais, duas mulheres acusadas do assassinato de um idoso, morto com 54 golpes de faca. Uma delas era menor de 18 anos.

As sessões foram presididas pelo juiz Rômulo Lago e Cruz, titular da 1ª Vara da Comarca de Maracaçumé. Representando o Ministério Público do Maranhão, participaram os promotores de justiça André Charles A. Martins Oliveira e Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida. Na defesa dos réus, atuaram advogados da comarca. O município de Maracaçumé fica localizado a 458 km de São Luís.

Paulo Velten é eleito para titular de órgão do TJ

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeram ontem, em sessão plenária administrativa extraordinária, o desembargador Paulo Velten como titular do Órgão Especial da Corte de Justiça. “Agradeço muito a confiança dos colegas”, declarou.

A vacância de cargo ocorreu em virtude da aposentadoria do desembargador Benedito Belo, que ocupava vaga de membro do Órgão por antiguidade, sendo substituído pelo desembargador José Joaquim Figueiredo – mais antigo entre os membros eleitos.

Para ocupar a vaga de membro eleito, desocupada pelo desembargador Joaquim Figueiredo, nova eleição foi convocada pelo Pleno do TJMA. O resultado da eleição contabilizou para os

desembargadores Paulo Velten, 8 votos; Raimundo Melo, 7 e Marcelo Carvalho, 4.

O desembargador Raimundo Melo, segundo mais votado, foi efetivado membro suplente eleito. O Órgão Especial para julgamentos de processos de 2º grau é composto por 15 membros.

O Órgão é formado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; pela vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; e pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney (membros natos); pelos titulares por antiguidade, desembargadores Antonio Bayma, Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Guerreiro Júnior, Cleones Cunha e José Joaquim Figueiredo; pelos membros titulares eleitos, desembargadores Kleber Carvalho, Raimundo Barros, Ângela Salazar, Lourival Serejo, Ricardo Duailibe e Paulo Velten; e pelos suplentes eleitos, desembargadores José Bernardo Rodrigues, Marcelino Ewerton, Raimundo Melo, Graças Duarte, José Luiz Oliveira e Raimundo Melo.

Detento em regime semiaberto confessa morte de enfermeira

Criminoso levou a polícia ao local onde tinha abandonado o corpo da vítima, que estava desaparecida desde quinta-feira

No início da noite de terça-feira, 21, os investigadores da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) e agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) encontraram o corpo da técnica de enfermagem Wilna de Paula Costa, de 29 anos, com marcas de estrangulamento e de estupro em um matagal, na Vila Cabral, na área de Pedrinhas. O principal suspeito do crime, segundo a polícia, é o presidiário Marco Aurélio Teixeira Silva, o *Marquinho Matador*, que estava em regime semiaberto. Ele foi preso, ainda no período da tarde, em Pedrinhas.

A polícia informou que, após um trabalho intenso, conseguiu localizar o criminoso, rastreando o celular da vítima, que estava com ele. Ao ser abordado, *Marquinho Matador* confessou o crime e ainda levou os policiais ao local, de difícil acesso, onde tinha abandonado o corpo de Wilna Costa. Os policiais entraram em uma área de matagal, localizado às margens do Km 16 da BR 135. Após alguns metros, o corpo da técnica de enfermagem foi encontrado despido e debaixo de uma árvore em estado avançado de decomposição.

Os peritos do Instituto de Criminalística estiveram no local e realizaram a perícia e o corpo foi levado para o Instituto Médico Legal (IML) e o sepultamento ocorreu ontem à tarde no Cemitério do Gavião, na Madre Deus.

Já o acusado foi levado primei-

ramente para a sede da Seic, no Bairro de Fátima, onde afirmou que no dia 3 de dezembro de 2009 foi condenado a 31 anos de prisão pelo juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Luiz Blechior, pela morte da doméstica Elizabete Pereira, de 20 anos. O crime ocorreu no dia 11 de novembro de 2006. O acusado atraiu a vítima para a reserva da floresta do Ibama, na Maiobinha, com a promessa de uma oportunidade de emprego e, utilizando um pedaço de fio de rede de telefone e um pedaço de madeira, conseguiu matá-la. Após três dias, ele foi preso pela polícia, no bairro Cohab. O criminoso ainda estava com o celular da mulher. Antes desse crime, *Marquinho Matador* já havia matado outra mulher, que seria sua namorada. Em relação à morte da técnica de enfermagem, declarou que um dos motivos para o crime foi uma dívida que ela tinha contraído com ele.

Na manhã de ontem, *Marquinhos Matador* foi apresentado ao delegado Jeffrey Furtado, da Delegacia de Homicídios, para ser interrogado. O delegado declarou que há possibilidade do criminoso ser suspeito da morte de outras mulheres na região de Pedrinhas. "Ele estava cumprindo prisão em regime semiaberto e, antes de ele voltar para o presídio, iremos investigar outros homicídios que possivelmente ele possa estar envolvido", frisou o delegado.



Marco Aurélio Teixeira, o *Marquinho Matador*, confessou o crime



Wilna de Paula desapareceu na quinta-feira e foi encontrada morta

TJMA

Desembargador Paulo Velten é eleito titular do Órgão Especial

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeram nesta quarta-feira (22), em sessão plenária administrativa extraordinária, o desembargador Paulo Velten como titular do Órgão Especial da Corte de Justiça. "Agradeço muito a confiança dos colegas", declarou.

A vacância de cargo ocorreu em virtude da aposentadoria do desembargador Benedito Belo, que ocupava vaga de membro do Órgão por antiguidade, sendo substituído pelo desembargador José Joaquim Figueiredo - mais antigo entre os membros eleitos.

Para ocupar a vaga de membro eleito, desocupada pelo de-

sembargador Joaquim Figueiredo, nova eleição foi convocada pelo Pleno do TJMA. O resultado da eleição contabilizou para os desembargadores Paulo Velten, 8 votos, Raimundo Melo, 7 e Marcelo Carvalho, 4. O desembargador Raimundo Melo, segundo mais votado foi efetivado membro suplente eleito.

O Órgão Especial para julgamentos de processos de 2º grau é composto por 15 membros, sendo três natos (Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral de Justiça), seis titulares por antiguidade e seis titulares eleitos.

O Órgão é formado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; pela vice-presidente, desembargadora

Anildes Cruz; e pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney (membros natos); pelos titulares por antiguidade, desembargadores Antonio Bayma, Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Guerreiro Júnior, Cleones Cunha e José Joaquim Figueiredo; pelos membros titulares eleitos, desembargadores Kleber Carvalho, Raimundo Barros, Ângela Salazar, Lourival Se-rejo, Ricardo Duailibe e Paulo Velten; e pelos suplentes eleitos, desembargadores José Bernardo Rodrigues, Marcelino Ewerton, Raimundo Melo, Graças Duarte, José Luiz Oliveira e Raimundo Melo.

A unidade exerce todas as competências e atribuições do

Plenário, exceto eleição de membros da mesa diretora do Tribunal, da direção da ESMAM, dos membros do próprio Órgão Especial, de desembargadores, juizes e listas tripliques de advogados para o TRE; alteração no número de desembargadores; escolha de juiz de entrância final para acesso ao Tribunal; formação de lista triplique de candidatos ao cargo de desembargador pelo quinto constitucional e realização de sessões solenes.

As sessões acontecem com o mínimo de nove membros, em sessões administrativas (primeira e terceira quartas-feiras do mês) e jurisdicionais (segunda e quarta quartas-feiras do mês e, na quinta, quando ocorrer).

JUIZ AUXILIAR



O juiz Gilmar de Jesus Everton Vale, que era titular na 1ª Vara da Comarca de Estreito, entrou em exercício na Comarca da Ilha de São Luís. O termo no cargo de Juiz Auxiliar foi assinado na manhã desta quarta-feira (22), na sede da Corregedoria da Justiça, na presença da corregedora Nelma Sarney e juízes auxiliares. Para Gilmar Everton, os 16 anos de magistratura completados na magistratura permitiram uma visão mais ampla da sociedade e da importância da Justiça na vida das pessoas. "O que mais me marcou foi tomar consciência de que o juiz não é somente um aplicador da lei, mas um agente de transformação social. É dele o papel de distribuir justiça e efetivar os direitos da comunidade", afirmou.

EXPERIÊNCIA

Para Gilmar Everton, os 16 anos de magistratura completados na magistratura permitiram uma visão mais ampla da sociedade e da importância da Justiça na vida das pessoas. "O que mais me marcou foi tomar consciência de que o juiz não é somente um aplicador da lei, mas um agente de transformação social. É dele o papel de distribuir justiça e efetivar os direitos da comunidade", afirmou. Antes de chegar a capital, o magistrado passou quase oito anos em Estreito, tendo sido titular, também, das comarcas de São Domingos do Maranhão e Mirador. "Fui substituído em diversas comarcas, mas apenas nessas fiquei como titular e por mais tempo", acrescentou. Prestigiaram a assinatura do termo os juízes auxiliares Tyrone Silva, Oriana Gomes, Francisca Galiza, Marcia Chaves e Mário Márcio, além da diretora da Corregedoria, Mariana Clementino.

Davinópolis realiza hoje 1º Casamento Comunitário

A cerimônia será realizada no auditório da igreja católica, no bairro Santo Antônio



Divulgação

templa a regularização do estado civil de casais hipossuficientes que já vivem maritalmente”, justifica.

A secretária observa que a iniciativa simboliza a proteção da família, a ampliação dos direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários. Todos os preparativos para a realização do evento estão sendo definidos pela comissão organizadora.

Palestras – O coordenador do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Francisco Nunes, contou que na semana passada os casais inscritos para a cerimônia do 1º Casamento Comunitário participaram de uma palestra-preparatória na unidade do CRAS, situada na rua Gonçalves Dias, no Centro.

“Nós gostaríamos de reite-
rar o convite aos casais, pa-
rentes e amigos para que pres-
tigiem essa grande cerimônia
do 1º Casamento Comunitário
de Davinópolis”, convida a
secretária Marinalva Barbosa.

Casamento Comunitário será realizado no auditório da igreja católica

Gil Carvalho

Davinópolis – A cerimônia do 1º Casamento Comunitário será realizada nesta quinta-feira, dia 23, a partir das 16h, no auditório das irmãs Teresianas, da igreja Santo Antônio de Pádua, no bairro Santo Antônio, em Davinópolis.

A secretária municipal de

Desenvolvimento Social (Sedes), Marinalva Barbosa, informou à reportagem que a solenidade deverá reunir mais de 120 casais. O evento, promovido em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), é considerado inédito em Davinópolis. “É um projeto social de grande relevância, pois con-

Desembargador Paulo Velten é eleito titular do Órgão Especial do TJMA

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeram nessa quarta-feira (22), em sessão plenária administrativa extraordinária, o desembargador Paulo Velten como titular do Órgão Especial da Corte de Justiça. “Agradeço muito a confiança dos colegas”, declarou.

A vacância de cargo ocorreu em virtude da aposentadoria do desembargador Benedito Belo, que ocupava vaga de membro do Órgão por antiguidade, sendo substituído pelo desembargador José Joaquim Figueiredo – mais antigo entre os membros eleitos.

Para ocupar a vaga de membro eleito, desocupada pelo desembargador Joaquim Figueiredo, nova eleição foi convocada pela presidência do TJMA. O resultado da eleição contabilizou para os desembargadores Paulo Velten, 8 votos, Raimundo Melo, 7 e Marcelo Carvalho, 4. O desembargador Raimundo Melo, segundo mais votado foi efetivado membro suplente eleito.

O Órgão Especial para julgamentos de processos de 2º grau é composto por 15 membros, sendo três natos (Presidente, Vice-Presidente e Cor-



Paulo Velten ocupa a vaga desocupada pelo desembargador Joaquim Figueiredo

regedor Geral de Justiça), seis titulares por antiguidade e seis titulares eleitos.

O Órgão é formado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; pela vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; e pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney (membros natos); pelos titulares por antiguidade, desembargadores Antonio Bayma, Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Guerreiro Júnior, Cleones Cunha e José Joaquim Figueiredo; pelos membros titulares eleitos, desem-

bargadores Kleber Carvalho, Raimundo Barros, Ângela Salazar, Lourival Serejo, Ricardo Duailibe e Paulo Velten; e pelos suplentes eleitos, desembargadores José Bernardo Rodrigues, Marcelino Ewerton, Raimundo Melo, Graças Duarte, José Luiz Oliveira e Raimundo Melo.

A unidade exerce todas as competências e atribuições do Plenário, exceto eleição de membros da mesa diretora do Tribunal, da direção da ES-MAM, dos membros do próprio Órgão Especial, de desembargadores, juízes e listas

tríplices de advogados para o TRE; alteração no número de desembargadores; escolha de juiz de entrância final para acesso ao Tribunal; formação de lista tríplice de candidatos ao cargo de desembargador pelo quinto constitucional e realização de sessões solenes.

As sessões acontecem com o mínimo de nove membros, em sessões administrativas (primeira e terceira quartas-feiras do mês) e jurisdicionais (segunda e quarta quartas-feiras do mês e, na quinta, quando ocorrer).

O Órgão foi criado pela Lei Complementar nº 160, de 3 de dezembro de 2013, que alterou o caput e o parágrafo 6º da Lei Complementar Nº 14/1991, e acrescenta o artigo 18-A e disciplinado pela Resolução TJMA Nº 74/2013.

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (nº 35/1979) prevê que os Tribunais de Justiça dos Estados, com mais de vinte e cinco desembargadores, podem constituir órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais, da competência do Tribunal Pleno.

Juizado Especial Criminal de Imperatriz divulga entidades que vão receber recursos

A juíza Débora Jansen Castro Trovão, titular do Juizado Especial Criminal de Imperatriz, divulgou quais as instituições que vão receber recursos financeiros arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena. Foram selecionadas as seguintes instituições: o Instituto PES, a Associação Maranhã, o Instituto Sementar e a APAC de Imperatriz.

Sobre o Instituto PES, o trabalho realizado é com crianças e jovens, na área das artes, sendo reconhecido na

região tocantina. Outra entidade selecionada, a Maranhã, desenvolve atividades esportivas direcionadas às crianças em situação de risco (violência urbana, envolvimento com drogas e ociosidade). Já o trabalho do Instituto Sementar é para crianças com dificuldade de aprendizado escolar, com o objetivo de evitar a repetência e a evasão escolar de crianças na faixa de 7 a 15 anos de idade.

Quanto à APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que trabalha com a ressocialização de presos, a liberação do al-

vará para poder receber o recurso depende de alteração de um item do projeto. O edital foi direcionado às entidades públicas ou privadas, com finalidade social, ou para atividades voltadas para as áreas de segurança pública, educação, cultura e saúde, desde que estas atendessem às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora.

As entidades candidatas no edital deveriam ser públicas ou privadas com comprovada finalidade social, sediadas no Município de Imperatriz, Davinópolis e Governador

Edison Lobão, estarem regularmente constituídas há pelo menos 01 (um) ano e serem dirigidas por pessoas que não tenham sido condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa ou de crimes praticados contra a administração pública.

No edital de seleção, que foi lançado em fevereiro, a magistrada destacou que a formalização do convênio não obriga a unidade ao custeio integral do projeto, mas tão somente ao repasse de valores dentro das possibilidades desta unidade jurisdicional.

Judiciário e governo do estado assinam termo de cessão de bem imóvel

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, se reuniu com o secretário de Estado de Gestão e Previdência, Felipe Camarão, para a assinatura de termo de cessão de uso de bem imóvel para o Poder Judiciário.

A área foi cedida ao Poder Judiciário do Maranhão pelo governo do estado, por meio da Secretaria de Gestão e Previdência, conforme previsto na Lei Estadual nº 10.166/2014.

Para a presidente do TJMA, a assinatura do convênio representa o compromisso do governo com o Judiciário estadual, além de contribuir significativamente para a modernização e melhoria das instalações da Justiça oferecidas à população.

Participaram do ato de assinatura do termo de cessão os desembargadores Froz Sobrinho, Jamil Gedeon e Raimundo Barros, os juízes auxiliares Sara Gama e Roberto Abreu, os diretores Jorge Oliveira (Informática) e Hebert Leite (Geral), além do assessor institucional da Secretaria de Gestão, Anderson Lindoso.

Ações criminais representam metade dos processos julgados pelo TJMA

Das 85.366 ações recebidas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no período de 2012 a 2014, 49.927 (58,6%) são relativas a processos criminais. Nesse mesmo período, a Justiça de 2º Grau julgou um total de 42.546, sendo 21.203 (49,8%) de ações penais. No ano passado, o tribunal maranhense julgou 83,3% das ações penais, superando a meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o período (80%).

Os números foram apresentados pelo desembargador Raimundo Barros, ao governador Flávio Dino, durante reunião do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria Executiva do Maranhão (GGI), no dia 9 de abril, para definir ações integradas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com apoio do Ministério Público e da sociedade civil no combate

aos crimes violentos letais intencionais (CVLI), combate à corrupção e tráfico de drogas.

O desembargador apresentou dados do Judiciário maranhense sobre os julgamentos no estado e declarou que a instituição está à disposição para o combate a impunidade. “Todos os poderes aqui representados estão trazendo informações concretas sobre a realidade da segurança no Estado, para que possamos qualificar esses dados e traçar ações que reduzam os índices de violência no Maranhão. As ações integradas agregam mais agilidade a esse processo”, afirmou.

DADOS – De acordo com o levantamento da Justiça de 2º Grau, os homicídios qualificados representam 87,9% das ações finalizadas, sendo 2.770 casos recebidos e 2.435 julgados. Em seguida, estão os furtos, com 80,6% de julga-

dos O crime de tráfico de drogas e condutas afins está presente em 69,7% dos processos que entram em julgamento.

O relatório destaca que, de 2012 a 2014, 9.111 pedidos de liberdade provisória chegaram ao TJMA, além de outros 8.164 processos envolvendo violência doméstica contra a mulher, e mais 6.623 relativos a crimes de ameaça.

Também integram o documento, os crimes do sistema nacional de armas (4.473), roubo majorado (4.969), violência doméstica (4.725) e injúria 2.125. “Nos processos criminais julgados por classe, o Tribunal de Justiça, julgou 6.702 pedidos de habeas corpus, no período; 4.884 apelações, 975 recursos em sentido estrito, além de 313 conflitos de jurisdição”, destacou o desembargador.

Desembargador Paulo Velten é eleito titular do Órgão Especial do TJMA

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeram nesta quarta-feira (22), em sessão plenária administrativa extraordinária, o desembargador Paulo Velten como titular do Órgão Especial da Corte de Justiça. O desembargador Raimundo Melo, segundo mais votado foi efetivado membro suplente eleito.

O Órgão Especial para julgamentos de processos de 2º grau é composto por 15 membros, sendo

três natos (Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral de Justiça), seis titulares por antiguidade e seis titulares eleitos. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (nº 35/1979) prevê que os Tribunais de Justiça dos Estados, com mais de vinte e cinco desembargadores, podem constituir órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais, da competência do Tribunal Pleno.

Formação de juízes inicia prática

Terá início, no período de 27 de abril e 25 de junho, a fase prática do Curso de Formação Inicial à Magistratura. A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) definiu os juízes que coordenarão a etapa, cujas aulas serão realizadas no Termo Judiciário de São Luís, Comarca da Ilha. Coordenarão a prática dos juízes em formação, os magistrados: Ariane Pi-

nheiro e Raimundo Bogéa, área Cível; José Edilson Caridade e Raimundo Nonato Nérís Ferreira, área da Fazenda Pública; Ronaldo Maciel, área Penal; Osmar dos Santos Gomes, Tribunal do Júri; José Américo Abreu Costa, área da Infância e Juventude; Joseane Bezerra, área da Família; e Márcia Cristina Coelho Chaves, Juizados Especiais.



Marco Aurélio teria confessado ter matado Wilna, afirmando que o motivo seria um valor em dinheiro que ela lhe devia

Enfermeira teria sido assassinada por dívidas contraídas com suspeito

A enfermeira Wilna de Paula Costa – que foi encontrada morta em um matagal na noite de terça-feira (21), depois de estar desaparecida fazia seis dias, ao sair do Complexo de Pedrinhas, onde trabalhava – teria sido assassinada por de-

ver dinheiro a Marco Aurélio Teixeira Silva, o “Marquinhos Matador”, principal suspeito pelo crime. Ele foi preso no mesmo dia do achado, tendo confessado a autoria e mostrado o local no qual estava o corpo da jovem. **PÁGINA 12 [C1]**

Enfermeira teria sido assassinada por dívidas contraídas com suspeito

NELSON MELO

A enfermeira Wilna de Paula Costa, de 29 anos – que foi encontrada morta em um matagal na noite de terça-feira (21), depois de estar desaparecida fazia seis dias, ao sair do Complexo de Pedrinhas, onde trabalhava – teria sido assassinada por dever dinheiro a Marco Aurélio Teixeira Silva, o “Marquinhos Matador”, principal suspeito pelo crime. Este foi preso no mesmo dia do achado, tendo confessado a autoria e mostrado o local no qual estava o corpo da jovem.

Segundo informações obtidas junto à Delegacia de Homicídios, o criminoso, em depoimento prestado ao delegado Jeffrey Furtado, argumentou que a matou porque ela não teria quitado débitos acumulados quando trabalhava no Complexo Penitenciário de Pedrinhas; e, simultaneamente, ele cumpria pena por estupro e morte de sua ex-mulher. O então presidiário teria emprestado dinheiro a Wilna cerca de três vezes, como declarou.

Assim, já planejando sua vingança, “Marquinhos Matador” marcou um encontro com ela, alegando que iriam tomar cerveja e a levaria a uma chácara supostamente de seu pai. Contudo, a enfermeira, na verdade, caiu em uma emboscada, sendo conduzida ao matagal, em uma região de difícil acesso na Vila Cabral – área de Pedrinhas. No local, o suspeito a estuprou e a estrangulou com um fio elétrico, segundo as primeiras análises periciais.

O corpo dela – despido e encostado em uma árvore – foi achado com a colaboração do próprio Marco Aurélio, que acompanhou os homens da Polícia Rodoviária Federal

(PRF) e da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) ao km 16 da BR-135. No período da tarde, porém, a polícia já havia capturado o suspeito, que é ex-detento do Presídio São Luís 1 (PSL 1), unidade do Complexo de Pedrinhas; e, atualmente, estava no regime semiaberto.

No prédio da Seic, no Bairro de Fátima, descobriram que Marcos havia sido condenado pela 2ª Vara do Tribunal do Júri, em 3 de dezembro de 2009, a 31 anos de prisão, sob a sentença do juiz Luiz Blechior. Este o sentenciou devido à morte da doméstica Elizabete Pereira, 20, em 11 de novembro de 2006. À época, ela morreu depois de ser estrangulada por um fio de rede de telefone, na Maiobinha, em São José de Ribamar.

O criminoso pode ter assassinado outras mulheres na região metropolitana de São Luís, sobretudo na área do Bairro de Pedrinhas. Ele teria confessado ter matado uma ex-namorada em sua adolescência.

A enfermeira Wilna, em virtude do seu avançado estado de decomposição, não foi velada. O corpo dela foi encaminhado direto para o Cemitério do Gavião, na Madre Deus, sendo sepultado na tarde de ontem, sob forte comoção e revolta.

RELEMBRE O CASO – Wilna de Paula desapareceu na manhã do dia 16 deste mês, uma quinta-feira, quando foi vista pela última vez em uma parada de ônibus próxima ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Assim que saiu da unidade carcerária, ela ligou para a mãe, que foi o último contato com a família. Após o sumiço da jovem, distribuíram cartazes do Disque-Denúncia

em pontos da Ilha, com a foto dela e telefones para quem tivesse notícias de seu paradeiro.



Marco Aurélio teria confessado ter matado Wilna, afirmando que o motivo seria um valor em dinheiro que ela o devia

PINHEIRO

Júri condena réu por tentativa de homicídio

Em sessão do Tribunal do Júri, realizada na última quinta-feira, 16, o Ministério Público do Maranhão conseguiu a condenação de Gilberto Garcia Oliveira, por tentativa de homicídio contra Erick Mendes Roland.

A condenação é resultado de Denúncia oferecida pelo titular da 1ª Promotoria de Pinheiro, Antônio de Pádua Luz, em 18 de fevereiro de 2014. De acordo com os autos, em 9 de fevereiro de 2014 o réu se envolveu em uma briga que resultou no disparo de arma de fogo contra Erick Roland. Após o disparo, Gilberto Oliveira tentou fugir, mas foi impedido por populares.

Na sessão do Tribunal do Júri, Gilberto Garcia Oliveira alegou que foi provocado pela vítima e agiu em legítima defesa. Desse modo, a Defesa solicitou redução da pena, considerando que o disparo foi efetuado pelo réu "sob somínio de violenta emoção logo após injusta provocação da vítima".

Assim, o Júri decidiu fixar a pena em 1 ano e 8 meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto. Atuaram no Júri a promotora de justiça Alessandra Darub e a juíza Tereza Cristina Franco Palhares, da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro.